



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INDICAÇÃO N.º 07/2018

**FOMENTO AO APRIMORAMENTO DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Introdução

O Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro – CME/RJ, por intermédio de sua Câmara de Políticas Educacionais Integradas às Políticas Sociais (CPEIPS)¹, desenvolveu, durante o primeiro semestre do ano de 2017, vigoroso debate acerca da temática da formação inicial de professores, especificamente, no que se refere a experiências desenvolvidas pelo governo federal (PIBID/CAPES/MEC), pelo governo da Cidade do Rio de Janeiro (Tutoria/SME-RJ) e pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro (Programa Residência Docente).

Esta iniciativa resultou dos desdobramentos propostos pela Indicação N.º 06/2017, deste mesmo Conselho, e se desenvolveu por intermédio de três ações complementares.

A primeira delas, executada pela referida Câmara de Políticas Educacionais Integradas às Políticas Sociais, teve como objetivo organizar o processo de discussão, no interior do CME/RJ, em primeiro lugar, fazendo a indicação e a consulta/convite aos representantes dos Programas/Ações que viriam realizar as palestras e, em segundo lugar, elaborando o roteiro a ser seguido pelos palestrantes, por ocasião de suas apresentações, roteiro que atendesse às demandas deste Conselho.

1 Importante destacar que o período no qual foram realizadas estas ações e debates (2017), a Câmara de Políticas Educacionais Integradas às Políticas Sociais era presidida pela Conselheira Jurema Holperin e contava com a participação das Conselheiras Márcia Cristina Martins Pereira e Elaine Crystina Mendonça dos Santos Gatinho.

A segunda ação, também, posta em prática por esta mesma Câmara, teve o objetivo de nutrir os Conselheiros de informações e conhecimentos acerca, especialmente, do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (CAPES/MEC) e, para este fim, foram realizadas leituras e estudos de artigos publicados no Volume 30, do N.º 98 da Revista Em Aberto (Barbosa e Fernandes, 2017), publicada pelo INEP/MEC, e que teve como tema central desta edição **“Políticas Públicas para Formação de Professores”**.

Durante a realização desta fase de leitura e estudos, destaque deve ser dado ao artigo intitulado **“O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência como formação profissional em contextos reais”** (Silveira e Andrade 2017) pelo fato desta produção apresentar uma entrevista feita por Fernanda Borges de Andrade, em 2016, com o professor Helder Eterno Silveira, que foi o primeiro coordenador nacional do PIBID, junto à CAPES, entre os anos de 2008 e 2011. Por intermédio da leitura deste artigo, os membros da CPEIPS tiveram condições de se apropriar de todo o processo de constituição do PIBID (antes mesmo de ser efetivar como um programa de caráter nacional), de seus princípios, de suas diretrizes, de seus objetivos e de sua implantação em nível nacional.

A terceira ação se concretizou com a realização de três palestras ministradas, em duas sessões distintas do CME/RJ, por docentes e equipes de trabalho com expertise nos temas em tela.

A primeira sessão do Conselho (Sessão n.º 851) destinada a este debate foi realizada no dia 20 de junho de 2017 e contou com a participação de dois palestrantes: o Prof. Dr. Aristeo Gonçalves Leite Filho (Faculdade de Educação da UERJ) e a Prof.^a Ana Cristian T. Veneno Batista (Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire/SME-RJ).

A palestra do Prof. Aristeo versou sobre o desenvolvimento do PIBID no município do Rio de Janeiro e, por intermédio dela, o professor procurou atender às demandas dos membros deste Conselho no sentido de explicitar a importância estratégica do Programa na complementação da formação inicial de docentes que irão atuar nos diversos segmentos e modalidades da Educação Básica.

Vale destacar que as contribuições trazidas pelo Prof. Aristeo corroboraram o entendimento expresso pelo CME/RJ, na Indicação N.º 06/2017, de que o modelo adotado pelo PIBID para a complementação da formação inicial de professores deve ser aprofundado e ampliado pelo Governo Federal e deve servir de inspiração para gestores municipais de Educação desenvolverem políticas públicas voltadas para este fim.

A Prof.^a Ana Cristian apresentou o Projeto Tutoria, desenvolvido em conjunto pela Gerência de Educação Básica da Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire, pela Coordenadoria de Recursos Humanos da SME/RJ e pela Subsecretaria de Serviços Compartilhados (esta subordinada à Secretaria Municipal da Casa Civil). O referido Projeto tem como foco principal os docentes ingressantes na Rede, porém, segundo a professora, vinha enfrentando problemas como falta de pessoal e de recursos.

Ainda, segundo a professora, o Projeto Tutoria se desenvolve, prioritariamente, nas escolas que concentram o maior número de professores novos, seu formato baseia-se na existência de um (01) tutor para cada sete (07) professores ingressantes na Rede e estes reúnem-se quinzenalmente para trabalhar as atribuições do docente e para desenvolver suas competências. Uma outra informação bastante relevante apresentada pela palestrante diz respeito ao fato de que o Projeto Tutoria acompanha o docente/ingressante durante seus primeiros três anos na Rede Municipal de Ensino.

A Prof.^a Ana Cristian expressou o desejo de que o Projeto Tutoria se aproximasse do modelo PIBID/CAPES/MEC, já que esta iniciativa da SME/RJ está no início de sua implantação, e apresentou como desafio para esta aproximação a ampliação e consolidação de um diálogo permanente entre a Rede Pública Municipal de Ensino do RJ e as Instituições de Ensino Superior (IES).

Na sessão de N.º 858 deste Conselho (08/08/2017) o professor Jorge Marx, Coordenador do Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II, e o professor Francisco Roberto Pinto Mattos, Diretor de Pós-Graduação e Coordenador do Curso de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica, ministraram palestra sobre o Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II a partir da qual o

Pleno do CME/RJ identificou um conjunto de iniciativas e ações potentes, voltadas para a formação docente continuada e em serviço.

Inspirado no modelo da Residência Médica, o Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II tem como foco os docentes recém-formados que, segundo os palestrantes, em geral, têm formação inicial deficitária e não se encontram preparados para lidar com a realidade concreta dos sistemas públicos de ensino. Outro dado apresentado pelos palestrantes, no que se refere à formação inicial docente, e que encontra eco nas análises desenvolvidas pelos membros deste Conselho (Indicação N.º 06/2017), diz respeito ao distanciamento entre o trabalho desenvolvido nas instituições formativas (IES) e aquele desenvolvido nas escolas.

Neste sentido, apareceu com força na fala dos dois palestrantes a necessidade urgente de um diálogo consistente e sistemático entre a produção acadêmica e a produção realizada no âmbito escolar.

Importante dar destaque ao fato de que esta terceira e última palestra do ciclo planejado pela Câmara de Políticas Educacionais Integradas às Políticas Sociais, apesar de revelar para o conjunto dos Conselheiros, a existência de uma potente iniciativa de uma instituição pública de ensino voltada para a formação docente, esta iniciativa tinha (e tem), como foco, aqueles docentes já aprovados em concursos públicos, portanto, já formados e atuantes em instituições de Educação Básica, ou seja, trata-se de uma excelente experiência no âmbito da formação continuada e em serviço.

O destaque anterior tem como objetivo esclarecer e reforçar o principal objetivo desta iniciativa adotada pelo CME/RJ (trata-se do desdobramento da Indicação N.º 06/2017), qual seja, o de desvelar formas politicamente viáveis e economicamente sustentáveis de aprimorar a formação inicial de docentes nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro, responsáveis, estas, por uma grande parcela dos professores aprovados nos concursos públicos para a Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

Neste sentido, vale ressaltar que se trata de duas ações de formação – inicial e continuada – e que são de extrema importância para o aprimoramento da

qualidade da ação docente. Todavia, cada uma delas tem suas particularidades na forma de serem planejadas, fomentadas, executadas e avaliadas.

No que diz respeito às preocupações deste Conselho Municipal, expressas na Indicação N.º 06/2017, o foco, neste momento, recai sobre a formação inicial docente. O que não significa que não daremos tratamento ao tema da formação continuada e em serviço de professores em momento próximo.

Ao término deste processo os conselheiros deste CME/RJ apresentaram um conjunto de constatações forjadas a partir das palestras proferidas e dos debates ocorridos nas sessões seguintes a estas. Cabe ressaltar que esta metodologia de trabalho (debates e reflexões sendo realizados nas sessões seguintes àquelas destinadas às palestras e/ou similares) contribuiu, sobremaneira, para que o pleno do Conselho amadurecesse e pudesse se posicionar sobre temas, outrora, não tão claros para tomada de decisões.

Da mesma forma, um conjunto de sugestões e ideias foi elaborado a partir das referidas constatações e, juntamente com a Indicação N.º 06/17, será disponibilizado ao gestor municipal de Educação com o intuito de contribuir, através de ações conjuntas e complementares entre a SME/RJ e as IES, com vistas ao aprimoramento da formação inicial de professores.

Constatações:

- adoção de um procedimento irregular materializado na substituição eventual do regente concursado pelo estagiário, ou melhor, o estagiário assumindo a função de regente sem a supervisão devida;
- falta de “acolhimento” do estagiário por parte da Direção da escola;
- prática recorrente, por parte de estagiários, de se limitarem, apenas cumprir a carga horária obrigatória de estágio exigida pela Instituição formadora;
- ausência de diálogo sistemático entre as Instituições formadoras e a gestão municipal de Educação; e

- distanciamento entre o que se produz no meio acadêmico e o que se produz na escola.

Indicações:

- adoção, em nível municipal, de um modelo de Programa para a complementação da formação inicial docente inspirado no PIBID/CAPES/MEC;
- investimento radical na ampliação do diálogo entre as Instituições formadoras e a gestão municipal de Educação;
- investimento radical na ampliação do diálogo entre a produção acadêmica e a produção escolar;
- garantia de que no período de estágio obrigatório o futuro docente passe por todas as etapas, sendo acompanhado por um tutor;
- transformação da Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire em um Centro de Referência em Pedagogia, no Brasil;

Referências bibliográficas:

- ARROYO, Miguel, (2000). Ofício de mestre; imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes.
- FREIRE. P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GOUVEIA, A. J. Professoras de Amanhã: Um Estudo de Escolha Ocupacional. Rio de Janeiro: Editora Pioneira, 1970.
- LELIS, Isabel. A polissemia do magistério; entre mitos e histórias. Doutorado em Educação. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. Profissão docente: uma rede de histórias. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, no.17, 2001.
- NÓVOA, A. (org). Profissão professor. Tradução Irene Lima, Regina Correia, Luís Santos Gil. 2ª edição. Porto: Porto Editora, 1999.
- PENNA, M. G. O. Exercício docente: posições sociais e condições de vida e trabalho de professores. 1ª edição. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2011.
- PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1993.
- PESSANHA, E. C. Ascensão e queda do professor. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- SILVEIRA, H. E. e ANDRADE, F. B. (2017). O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência como formação profissional em contextos reais. Revista Em Aberto: Brasília, v. 30, n. 98, p. 171-184 (entrevista).
- TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
- UNESCO. Perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

CONSELHEIROS DA CÂMARA DE POLÍTICAS SOCIAIS INTEGRADAS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

Izabel Cristina Gomes da Costa
Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino
Luiz Otavio Neves Mattos
Maria de Fátima Cunha
Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos
Rosana da Silva de Medeiros

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

Esta Indicação foi aprovada pelos presentes na sessão Plenária Pública do dia 29 de maio de 2018

César Benjamin
Ana Maria Gomes Cezar
Simone Monteiro de Araújo
Maria de Fátima Cunha
Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos
Maria de Lourdes Albuquerque Tavares
Luiz Otavio Neves Matos
Izabel Cristina Gomes da Costa
Afonso Celso Teixeira
Mariza de Almeida Moreira
Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino
Marise de Fatima Raposo Borges
Rosana da Silva de Medeiros

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018.